Processo nº 307/2007

Data: 14.06.2007

(Autos de recurso penal)

Assuntos: Crime de “tráfico de estupefacientes”.

Prisão preventiva.

SUMÁRIO

1. Com o estatuído no artº 193º do C.P.P.M., previu o legislador local a figura dos «crimes incaucionáveis».
2. Assim, sendo o crime de “tráfico de estupefacientes” um dos crimes previstos no artº 193º do C.P.P.M., havendo nos autos “fortes indícios” de ter o arguido cometido o referido crime, e verificado estando também a circunstância prevista no artº 188º, al. c) do mesmo C.P.P.M., nenhuma censura merece a decisão que decretou a medida de coacção de prisão preventiva ao referido arguido.

O relator,

José M. Dias Azedo

Processo nº 307/2007

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os sinais dos autos, veio recorrer do despacho proferido pelo Mmº Juiz de Instrução Criminal que lhe decretou a medida de coacção de prisão preventiva.

Motivou para, em sede de conclusões e em síntese, afirmar que a decisão recorrida padece de “vício emergente de errada interpretação da lei”, indicando, como tal, os artºs 178º, 186º e 188º do C.P.P.M.; (cfr., fls. 2 a 5).

*

Em resposta, diz o Digno Magistrado do Ministério Público que “o despacho recorrido não é merecedor de qualquer reparo”, pugnando assim pela sua confirmação; (cfr., fls. 190 a 194).

*

Em sede de vista, e salientando que o crime de “tráfico de estupefacientes” imputado à recorrente é um “crime incaucionável”, pronuncia-se também o Ilustre Procurador-Adjunto no sentido da improcedência do recurso; (cfr., fls. 210 a 212).

*

Nada obstando, urge apreciar e decidir.

Fundamentação

2. Tem o despacho recorrido o teor seguinte:

“Após a análise de todos os dados constantes dos autos, este juízo considerou que há fortes indícios de que a arguida A cometeu em autoria material e na forma consumada um crime de tráfico e actividades ilícitas p. e p. pelo artigo 8.º nº 1 do Decreto-Lei nº 5/91/M de 28 de Janeiro e o crime de consumo de droga p. e p. pelo artigo 23.º alínea a) do mesmo Decreto-Lei.

A arguida é residente de Macau. Sintetizada a matéria toda constante dos autos, sobretudo a natureza do referido crime e a sua intensidade, a maneira tomada pela arguida ao praticar o crime, a ilicitude do acto e o grau de dolo, como também a personalidade da arguida e a respectiva pena legal, para efeito de prevenir as novas actividades criminosas da mesma natureza, nos termos do princípio de legalidade, proporcionalidade e adequação, atendendo à sugestão do Mmº Procurador-Adjunto, Segundo os artigos 176.º, 178.º, 186.º, 188.º e 193.º, nº 3, al. c) do C.P.P, o presente juízo determina a aplicação da medida de prisão preventiva à arguida A, para esta aguardar o julgamento.

(...); (cfr., fls. 185 e 207 a 208).

Aqui chegados, vejamos, sendo de se consignar desde já e como infra se irá tentar demonstrar, que à ora recorrente não assiste razão.

Verifica-se dos presentes autos que a ora recorrente está acusada pelo Ministério Público da prática de um crime de “tráfico de estupefacientes” p. e p. pelo artº 8º nº 1 do D.L. nº 5/91/M, e de um outro de “detenção de estupefacientes para consumo”, p. e p. pelo artº 23º do mesmo diploma legal; (cfr., fls. 166 a 167 e 202 a 206).

Analisando todo o material probatório existente nos autos, afigura-se-nos que adequado e razoável é afirmar-se que dos mesmos resultam “fortes indícios” da prática pela ora recorrente dos aludidos crimes, (cfr., v.g., fls. 11 a 13, 37 a 37-v, 67 a 71 e 182 a 183) certo sendo também que, não obstante questionar a mesma a existência dos ditos “indícios”, nenhum motivo adianta porém para justificar tal entendimento, o que torna ocioso aqui elaborar sobre a questão.

Por sua vez, a como é sabido, preceitua o artº 193º do C.P.P.M. que:

- “1. Se o crime imputado tiver sido cometido com violência e for punível com pena de prisão de limite máximo superior a 8 anos, o juiz deve aplicar ao arguido a medida de prisão preventiva.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se cometido

com violência o crime que suponha ou seja acompanhado de uma agressão à vida, à integridade física ou à liberdade das pessoas.

3. O disposto no n.º 1 é correspondentemente aplicável ao caso em que o crime imputado, desde que punível com pena de prisão de limite máximo superior a 8 anos, for:
 - a) De furto de veículos ou de falsificação de documentos a eles respeitantes ou de elementos identificadores de veículos;
 - b) De falsificação de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e equiparados ou da respectiva passagem; ou
 - c) De produção ou tráfico ilícito de droga”; (sub. nosso).

Pronunciando-se sobre o assim preceituado, teve já esta Instância oportunidade de afirmar que “com o estatuído no artº 193º do C.P.P.M., previu o legislador local a figura dos «crimes incaucionáveis»; (cfr., v.g., o Ac. de 29.07.2004, tirado no Proc. nº 166/2004, onde se faz referência a elementos jurisprudências e doutriniais sobre a questão, podendo-se ver também L. Henriques, no seu “Manual de Formação de Dtº Processual Penal de Macau”, Tomo I, pág. 298).

Assim, ponderando no exposto, e considerando ainda que atenta a natureza e gravidade do crime de “tráfico de estupefacientes” – pelo

legislador local considerado “um dos flagelos mais graves dos nossos dias”; cfr., preâmbulo do D.L. nº 5/91/M – sempre seria de considerar que a restituição do recorrente à liberdade não deixaria de perturbar a tranquilidade pública, (cfr., artº 188º al. c) do C.P.P.M.), cremos pois que nenhuma censura merece a decisão recorrida, já que, como se vê e deixou explicitado, mostra-se em conformidade com os seus pressupostos legais.

Det´arte, improcede o recurso.

Decisão

3. Nos termos e fundamentos expostos, em conferência, acordam negar provimento ao recurso.

Pagará o recorrente a taxa de justiça de 5 UCs.

Macau, aos 14 de Junho de 2007

José M. Dias Azedo

Chan Kuong Seng

Lai Kin Hong